

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO EDITAL Nº 23, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

ATUALIZADO EM 15 DE DEZEMBRO DE 2014

1º RETIFICAÇÃO DO EDITAL № 23, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

O **DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições, nos termos estabelecidos no subitem 13.32, torna pública a seguinte retificação ao Edital supracitado, cujas alterações estão a seguir elencadas:

- 1. No item 8, Da prova escrita objetiva, subitens 8.1 e 8.2, ONDE SE LÊ:
- A Prova Escrita Objetiva de múltipla escolha para o cargo de **Nível Médio** será realizada na cidade de **Cuiabá-MT**, **no dia 08 de março de 2015, das 08h às 12h,** segundo o horário oficial da cidade de **Cuiabá-**
- 8.2 A Prova Escrita Objetiva de múltipla escolha para o cargo de Nível Superior será realizada na cidade de Cuiabá-MT, no dia 08 de março de 2015, das 14h às 18h segundo o horário oficial da cidade de Cuiabá-MT.

LEIA-SE

- A Prova Escrita Objetiva de múltipla escolha para o cargo de **Nível Superior** será realizada na cidade de **Cuiabá-MT**, **no dia 08 de março de 2015, das 08h às 12h**, segundo o horário oficial da cidade de **Cuiabá-**
- 8.2 A Prova Escrita Objetiva de múltipla escolha para o cargo de Nível Médio será realizada na cidade de Cuiabá-MT, no dia 08 de março de 2015, das 15h às 19h segundo o horário oficial da cidade de Cuiabá-MT.
- **2.** No Anexo I, Conteúdo programático, conhecimentos específicos, Contador e Economista, fica **ACRESCIDO** o seguinte conteúdo:

CONTADOR:

(...) Constituição Federal; Constituição Estadual; Plano Plurianual – Lei nº 4.320/64; Lei Complementar nº 101/2000; Lei nº 8.666/1993, Instrução Normativa nº 01/1997 - STN; Lei Complementar Estadual nº 269/2007; Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do TCE; Decreto Federal nº 93.872/1986; Decreto-Lei nº 200/1967; Instrução Normativa SEPLAN/SEFAZ/AGE nº 001/2005; Decreto 5.028, de 11/01/05 - Sistema de Gestão de Convênios.

ECONOMISTA:

(...) Constituição Federal; Constituição Estadual; Plano Plurianual — Lei n° 4.320/64; Lei Complementar n° 101/2000; Lei n° 8.666/1993, Instrução Normativa n° 01/1997 - STN; Lei Complementar Estadual n° 269/2007; Resolução n° 14/2007 - Regimento Interno do TCE; Decreto Federal n° 93.872/1986; Decreto-Lei n° 200/1967; Instrução Normativa SEPLAN/SEFAZ/AGE n° 001/2005; Decreto 5.028, de 11/01/05 - Sistema de Gestão de Convênios.

Os demais itens do citado Edital permanecem inalterados.

Cuiabá/MT, 28 de novembro de 2014.

(ORIGINAL ASSINADO)

Dr. DJALMA SABO MENDES JÚNIOR

Defensor Público-Geral

